

# Dilma pode avançar

ALBANO FRANCO

P. 1

**A** busca obstinada do crescimento tem sido o cerne da política econômica da presidente Dilma Rousseff, como única forma de manter e mesmo ampliar os níveis de emprego e renda, enfrentar o esfriamento da economia que vem ocorrendo desde 2011 e, também, contrapor-se à crise europeia como à lenta e claudicante recuperação da economia americana que, inevitavelmente, atingem o Brasil.

Em curto prazo, este objetivo só poderá ocorrer via expansão do consumo, o que, aliás, vem sendo o modelo de crescimento adotado nos últimos anos a partir das políticas redistributivas e expansionistas do governo Lula, que teve seu auge em 2010, quando o PIB cresceu 7,5%. No entanto, o recrudescimento da inflação, que ultrapassou a meta de 6,5%, motivou a adoção de políticas restritivas que contribuiram para que o PIB crescesse apenas 2,7% em 2011.

Com a inflação declinante, a contínua retração da atividade econômica e o agravamento da crise na Europa, surge a oportunidade de se reduzirem as taxas de juros e, assim, aquecer o mercado interno com a expansão do crédito ao consumidor e às empresas. Daí a cruzada, digamos cívica, da presidente Dilma Rousseff em forçar a banca privada a baixar os juros (ora em 44,4% ao consumidor e 27,7% às empresas ao ano) depois das sucessivas reduções da Selic e dos juros cobrados pelos bancos públicos, que representam 21,4% do crédito em relação ao PIB contra 27,4% dos particulares. Recentemente, visando a dar continuidade ao rebaixamento da Selic, atualmente em 9% ao ano, o governo reduziu o rendimento da caderneta de poupança quando a Selic estiver em 8,5% ou abaixo desse percentual.

Ainda é cedo para que se possa mensurar se essas mexidas no setor financeiro serão realmente eficazes e implicarão a retomada do crescimento via consumo. Entretanto, caso haja espaço para mais endividamento das famílias, cuja inadimplência foi de 7,4% em março, sem dúvida, com as possibilidades de novos financiamentos a juros mais baixos, é de se esperar que o mercado de bens e serviços se aqueça e tonifique a taxa de crescimento cujas previsões para este ano giram em torno de 3,5%. Cabe enfatizar que a eficácia dessas medidas não será completa se não induzirem a novos investimentos na produção. Caso isto ocorra, então teremos um ciclo virtuoso com a ampliação da oferta de mercadorias e serviços. Se não, a inflação recrudescerá, a Selic voltará a subir e o crescimento se reduzirá ainda mais.

É, portanto, de decisiva importância a elevação dos investimentos para que o crescimento ocorra a taxas mais altas e de forma continuada. A redução dos juros é de grande significação, mas insuficiente para que o país avance no seu processo de desenvolvimento com inclusão social e elevação da produtividade. Assim, concomitantemente à redução do custo do dinheiro, a presidente, com sua enorme popularidade, poderia avançar mais ainda, realizando também cruzada em favor da redução da asfixiante carga tributária e da melhoria da qualidade do gasto governamental e de outras medidas capazes de ampliar os investimentos públicos e privados na infraestrutura, na produção e em inovação, no sentido de aumentar a competitividade da economia brasileira.

A propósito, recente estudo apresentado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) no 11º Fórum de Comandantubá, na Bahia, concluiu que com a redução do custo do crédito acompanhada de urgentes alterações fiscais e tributárias e uma radical reforma na qualidade do ensino o país teria capacidade de crescer 6% ao ano sem gerar pressões inflacionárias.

Cumpramos por fim acrescentar que o governo da presidente Dilma Rousseff já deu passos decisivos em busca do crescimento sustentável, como a privatização dos aeroportos e a criação do Fundo de Previdência do Servidor Público (Funpresp) e agora com fragor da batalha pela redução dos juros. É só seguir adiante com outras reformas modernizantes. Ao contrário do que diz a velha sabedoria popular, o mar está pra peixe.

ALBANO FRANCO foi deputado federal, senador e governador de Sergipe, presidente da Confederação Nacional da Indústria e é membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).